

PSICOLOGIA TRANS EM MOVIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO AMBULATÓRIO DE SAÚDE INTEGRAL PARA TRANSEXUAIS E TRAVESTIS FERNANDA BENVENUTTY

TRANS PSYCHOLOGY IN MOTION: AN EXPERIENCE REPORT FROM THE INTEGRAL HEALTH CLINIC FOR TRANSSEXUALS AND TRANVESTITES FERNANDA BENVENUTTY

PSICOLOGÍA TRANS EN MOVIMIENTO: UN RELATO DE EXPERIENCIA DESDE LA CLÍNICA DE SALUD INTEGRAL PARA TRANSEXUALES Y TRAVESTIS FERNANDA BENVENUTTY

Francisca Soraia de Freitas Patriota

Especialista em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Paraíba UFPB. Especialista em Psicopatologia Psicanalítica pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Formação em Psicologia Clínica, com orientação Psicanalítica, pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Graduação em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Psicóloga do Hospital Municipal Valentina e do Psicólogo do Complexo de Doenças Infectocontagiosas Dr. Clementino Fraga na cidade de João Pessoa-PB. patriotasoraia@gmail.com

Francisca Maurília de Santana Guimarães

Especialista em Neuropsicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar pela FAMART Graduação e Pós-graduação. Graduação em Psicologia pela Faculdade Maurício de Nassau – UNINASSAU - João Pessoa. Psicóloga do Complexo de Doenças Infectocontagiosas Dr. Clementino Fraga – João Pessoa – PB. <https://orcid.org/0000-0002-7448-3354>. mauriliaguimaraes123@gmail.com

Rebecca Marques Veloso Borges Silva

Especialista (Curso em Andamento) em Psicopatologia – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduada em Psicologia pela Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Psicóloga do Complexo de Doenças Infectocontagiosas Dr. Clementino Fraga – João Pessoa -PB. <http://lattes.cnpq.br/1554394661963549>. rebeccavborges@gmail.com

Antonio Luiz da Silva

Doutor em Psicologia pela UFRN. Mestre em Antropologia pela UFPB. Licenciatura e Formação de Psicólogo pela UEPB - Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em Gestão Escolar pela FAK - Faculdade Kúrios - CE. Formação de Psicólogo e Licenciatura Plena em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Psicólogo do ICPAC - Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha e do Complexo de Doenças Infectocontagiosas Dr. Clementino Fraga – João Pessoa-PB. Orcid <https://orcid.org/0000-0001-7889-0531>. tonlusi@hotmail.com

ABSTRACT:

In the LGBTQIAPN+ spectrum, transgender and transsexual people experience discrimination, prejudice, stigma, violence, exclusion, and death much more intensely for being who they are in contemporary society. It is necessary to look at this problem with scientific and political engagement, as it has undoubtedly brought consequences to the lives and mental health of the trans population. This article, in an interdisciplinary dialogue, aims to reflect on the commitment of Psychology as a science and profession to trans people. It will do this by highlighting the trajectory of a psychologist in a health reference service for this group in João Pessoa, Paraíba, in Northeast Brazil. Considering the account of the experience in serving trans people, the importance of welcoming and humanization, the challenge of rebuilding trust in access to services, and the need for ongoing professional education will be highlighted. It concludes by defending the value of Psychology's engagement with the trans population.

KEYWORDS: LGBTQIAPN+, Transsexuals, Violence, Mental Health, Experience, Professional.

RESUMO:

No espectro LGBTQIAPN+, pessoas transexuais e transgêneras experimentam muito mais intensamente discriminações, preconceitos, estigmas, violências, exclusões e mortes por serem quem são na contemporaneidade. É preciso olhar para essa problemática com engajamento científico e político, pois sem dúvida, ela tem trazido consequências à vida e à saúde mental desta população. O presente artigo, em diálogo interdisciplinar, objetiva refletir sobre o compromisso da Psicologia enquanto ciência e profissão junto à pessoa trans. Fará isso destacando a trajetória de uma psicóloga em um serviço de referência em saúde para esse grupo em João Pessoa, na Paraíba, no Nordeste do Brasil. Considerando o relato da experiência no atendimento à pessoa trans, serão destacados a importância do acolhimento e da humanização, o desafio da reconstrução da confiança no acesso aos serviços e a necessidade da educação profissional permanente. Conclui-se defendendo o valor do engajamento da Psicologia junto a população trans.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTQIAPN+, Transexuais, Violência, Saúde Mental, Experiência, Profissional.

RESUMEN:

En el espectro LGBTQIAPN+, las personas transgénero y transexuales experimentan discriminación, prejuicios, estigma, violencia, exclusión y muerte con mayor intensidad por ser quienes son en la sociedad contemporánea. Es necesario abordar este problema desde la perspectiva científica y política, ya que sin duda ha tenido consecuencias en la vida y la salud mental de esta población trans. Este artículo, en un diálogo interdisciplinario, busca reflexionar sobre el compromiso de la Psicología como ciencia y profesión con las personas trans. Para ello, se destacará la trayectoria de una psicóloga en un servicio de referencia sanitaria para este grupo en João Pessoa, Paraíba, en el noreste de Brasil. A partir del relato de la experiencia en la atención a personas trans, se destacará la importancia de la acogida y la humanización, el desafío de

reconstruir la confianza en el acceso a los servicios y la necesidad de formación profesional continua. Concluye defendiendo el valor de la interacción de la Psicología con la población trans.

PALABRAS CLAVE: LGBTQIAPN+, Transexuales, Violencia, Salud Mental, Experiencia, Profesional.

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, ainda existem grupos humanos colocados à margem, sofrendo rechaço e intolerância, experimentando aquilo que os estudiosos categorizaram como discriminação, preconceito e estigma na sociedade. Conforme Parker (2013, p. 28): “A discriminação tem sido vista como uma espécie de resposta comportamental causada por essas atitudes negativas – ou, como por vezes tem sido descrito na literatura, como uma forma efetivada de estigma ou preconceito”. Entende-se que tanto o estigma quanto o preconceito podem ser considerados, em certo sentido, como a teoria, e a discriminação, como a prática. Conforme Link e Phelan (2001, p. 371): “As pessoas são estigmatizadas quando são rotuladas e ligadas a características indesejáveis, dando-lhes uma experiência de perda de status e discriminação”. Essa rotulação tem sido agente direto da desigualdade social, promovendo injustiça, perda de direitos e deturpação da cidadania. Seus efeitos negativos ocasionam prejuízos à estabilidade financeira, à habitação, à escolarização, ao trabalho, à saúde e à vida como um todo.

Afunilando a discussão, no que tange à comunidade LGBTQIAPN+ tem sido evidente a discriminação, o preconceito e o estigma, acentuando-se de modo particular contra pessoas transgêneras em vários campos da sociedade nacional (Magno et al., 2019; Melo et al., 2023). Como foi lembrado por Berenice Bento (2008, p. 20): “A transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero, uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações”. Assim sendo, essa população se torna de difícil leitura, de limitada compreensão e de baixíssima inclusão aos olhos da sociedade contemporânea.

Dados do Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil (UNAIDS/ Brasil, 2020), realizado em sete capitais brasileiras, revelam um componente curioso quando indicam que 90,3% das pessoas trans já sofreram discriminação por conta da sua identidade de gênero. Esses dados também têm sido observados pela literatura especializada. Conforme Magno et al. (2019, p. 2): “Quando se comparam homens que fazem sexo com homens (HSH) e mulheres transgênero, observa-se que elas vivenciam mais estigma e discriminação, mais eventos psicossociais estressores do que os HSH, revelando a existência de discriminação mesmo dentro da comunidade LGBT”.

É sabido que pessoas trans enfrentam diversas vulnerabilidades, não somente na esfera familiar, mas também na precariedade do trabalho, o que ficou fortemente evidenciado no contexto pandêmico (Veroneze, 2022). Aliás, muitas oportunidades de trabalho para essa população estão justamente onde o estigma reserva uma fatia de mercado à comunidade LGBTQIAPN+. Não sem explicação, na pesquisa realizada pelo projeto Trans Vida (Grupo Pela Vida), conforme Lisboa (2022), das 147 pessoas trans entrevistadas, apenas 15% informaram trabalho com carteira assinada, 15,6% revelaram trabalho autônomo formal, 27,2% indicaram trabalho autônomo informal e 14,3% destacaram a prostituição como principal fonte de renda.

Nesse sentido, é considerável aquilo que informa Rocon (2019) em sua reflexão:

“Há que se considerar que a população trans é vítima preferencial de marginalização social, discriminação e violência, levando à perda de toda a rede de apoio familiar, bem como dificuldades em se inserir no mercado de trabalho formal, elementos que, em outro contexto, poderiam auxiliar financeiramente na busca pelos recursos para transformação do corpo” (Rocon et al.; 2019, p. 5).

A essa população tem sido dificultado o acesso ao mercado de trabalho, às políticas públicas, aos direitos civis, às oportunidades educacionais, às promoções sociais, aos reconhecimentos econômicos, à participação política etc. (Santos; Rodrigues, 2021; Santos; Vencato, 2024). Na mesma esteira, a ela têm sido negados, inclusive, direitos elementares à vida, à liberdade e à felicidade.

Nesse grupo, as sequelas da exclusão impactam sua saúde mental (Melo et al., 2020; Rocon et al., 2019). Imagine-se que não é fácil ser provocado, desrespeitado e aviltado por pertencer a uma minoria de gênero que é alvo, diariamente, das consequências de ser quem se é. A pesquisa da UNAIDS Brasil (2020) revelou que mais da metade da população trans (57,4%) já foi diagnosticada com ansiedade, depressão, insônia, estresse e outros problemas relacionados à saúde mental, componente que segue confirmado pela literatura atualizada (Silva, et al., 2024).

As estatísticas preocupantes sobre a saúde mental têm justificativa na realidade concreta: trata-se de uma população exposta tanto à violência simbólica quanto à violência brutal. Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (Benevides, 2023), mostram que os casos de assassinatos de pessoas trans no ano de 2023 aumentaram mais de 10% se comparados aos do ano de 2022. Em 2023 foram 155 casos, sendo 145 casos de assassinatos e 10 pessoas trans suicidadas, sendo a vítima mais jovem, uma pessoa trans de 13 anos de idade.

Apesar de alarmantes, Benevides (2023) denuncia, desde a primeira versão do Dossiê da ANTRA, que os números poderiam ser ainda maiores, visto que a subnotificação da violência e a LGBTfobia tem se mantido, dificultando assim os registros. Os dados da pesquisa analisados pela ANTRA confirmam dois elementos importantes: enquanto travestis e mulheres trans

constituem o grupo mais afetado pela violência, homens trans e pessoas transmasculinas são os que mais têm ideiação de morte.

Do acima explanado, observa-se que há várias restrições sociais, históricas, culturais e políticas que atravessam os corpos trans, como exclusão, transfobia, abuso físico e/ou sexual, negação ao mercado formal, violências físicas, psicológicas e de gênero, entre outras. A violência de gênero aparece na pesquisa da UNAIDS Brasil (2020) como a que mais afeta pessoas trans, tanto na forma de assédio verbal (74,2%) quanto na agressão física (56,5%). Para Silva et al. (2022, p. 5): “A violência de gênero perpetrada contra as mulheres trans ampara-se no comportamento feminino e na expressão da identidade dessa mulher, perpassando os campos psicológico, verbal, físico, econômico, sexual, familiar e laboral, com agravamento do contexto de exclusão e estigma”. É uma violência naturalizada e, muitas vezes, institucionalizada, constituindo fator determinante que pode agravar a saúde mental e, em alguns casos, levar ao suicídio.

O preconceito, a discriminação, o estigma e a exclusão violenta produzem consequências drásticas, reduzindo a expectativa de vida. Segundo o Dossiê da ANTRA (Benevides, 2023), dentre as vítimas, 90 tinham entre 13 e 39 anos, o que representa 81% das vítimas. A idade média foi de 30,4 anos, mantendo-se o mesmo índice dos últimos anos, que tem variado entre 29 e 30 anos.

É verdade que, em 2023, como forma de combate à LGBTfobia, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ retomou seu espaço no Governo Federal. No entanto, nesse mesmo ano, dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2023) revelaram que o país permanece entre os mais violentos do mundo para esta população, sendo campeão mundial de homicídios e suicídios, com 257 mortes violentas documentadas. Se esse dado seguir a lógica da subnotificação, é provável que muito mais pessoas componham essa estatística.

Uma contradição nesse cenário encontra-se no comportamento nacional, visto que, mesmo sendo a nação que mais assassinou essa população pelo 15º ano consecutivo, destaca-se que o Brasil se mantém no posto de país que mais consome pornografia trans nas plataformas mundiais de conteúdo adulto (Sampaio; Cavalcanti; Barreto, 2024).

No ranking dos Estados brasileiros que mais assassinaram pessoas trans entre 2017 e 2023, levando em consideração dados absolutos, a Paraíba fica em 9º lugar com 38 casos. Ao que transparece, a violência contra esta população encontra-se banalizada tanto no Brasil quanto no referido Estado, como visível no trabalho de Caldas (2017).

Embora figure como preocupação nacional, regional, estadual e municipal, a violência contra pessoas trans é um fenômeno global. Em estudos de várias partes do mundo, mostrado pelo levantamento de Silva et al. (2022, p. 7): “Foram identificadas as faces da violência de

gênero verbal, psicológica, física e sexual perpetradas contra mulheres trans, praticadas por familiares, parceiros íntimos, vizinhos, policiais, prestadores de cuidados de saúde, clientes e desconhecidos”. Por isso, para conseguir estancar a violência e promover, de fato, a cidadania é necessário romper o silêncio constrangedor de se falar sobre as pessoas trans, dando voz e oportunidades, garantindo que sua existência vá além dos salões e das calçadas que consomem seus corpos. Enquanto o silêncio imperar, essa população continuará à margem, fadada à busca cíclica por direitos básicos que todo cidadão brasileiro possui: à vida, à segurança, à liberdade, à igualdade e à propriedade.

Pensando o engajamento em diferentes campos científicos, vale salientar que, historicamente, a Psicologia parece ter se destacado de maneira pouco incisiva em seu compromisso com a população LGBTQIAPN+, realidade que tomou outra direção a partir da Resolução nº 01/1999 (CFP, 1999), em que ficou expressamente proibida qualquer prática coercitiva ou degradante, como a famigerada “cura gay”. É importante ressaltar que essa norma não foi criada sem motivos concretos. Mais tarde, o compromisso se fortaleceu com a Resolução nº 01/2018 (CFP, 2018) e com a edição da Nota Técnica para a atuação profissional junto a esta comunidade (CFP, 2023) que, ampliando as resoluções anteriores, teve como objetivo impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações, vedando a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

O posicionamento político da Psicologia indica que se busque uma abordagem acolhedora e empática, respeitando-se os indivíduos e considerando as estruturas econômicas, ambientais, políticas e históricas que impactam a saúde mental da comunidade, criando-lhes barreiras adicionais. Nesse sentido, para Damasceno Neto e Rasera (2024), o profissional de Psicologia deve trabalhar na promoção da saúde mental, do bem-estar emocional, do empoderamento e da resiliência do indivíduo LGBTQIAPN+, potencializando e integrando sua orientação sexual e sua identidade de gênero à vida, cooperando com relacionamentos funcionais e saudáveis, apesar das experiências de opressão.

Entende-se que a identidade de gênero é a forma como uma pessoa se identifica internamente em termos de masculinidade, feminilidade ou não binariedade. A identidade de gênero não está relacionada, necessariamente, à orientação sexual, se referindo à atração afetiva e sexual. Observa-se que o sexo biológico é a distinção anatômica do corpo. Na identidade trans a pessoa não se identifica com o sexo biológico designado no nascimento, ao passo que uma pessoa cisgênero se identifica. É preciso observar os vários tipos de identidade gênero: neutro, bigênero, transgênero, cisgênero entre outros (Costa et al., 2023).

Como ficou evidenciado nesse percurso introdutório, no espectro LGBTQIAPN+, são pessoas transexuais e transgêneras as que experimentam mais intensamente discriminações, preconceitos, estigmas, violências, exclusões e mortes, superando os demais componentes representados nesta sigla. Considerando isso, entende-se que é preciso engajamento profissional nesta causa. Por isso, o presente artigo, em diálogo interdisciplinar, objetiva refletir sobre o compromisso que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem tido junto às pessoas trans. Fará isso destacando o relato de experiência de uma psicóloga atuante em um serviço de referência em saúde para esse grupo, localizado em João Pessoa, na Paraíba, no Nordeste do Brasil. Serão destacados a importância do acolhimento e da humanização, o desafio da reconstrução da confiança no acesso aos serviços e a necessidade da educação profissional permanente para melhor acessar a essa população. Conclui-se defendendo o valor do engajamento da Psicologia junto a população trans.

CONFIGURAÇÃO METODOLÓGICA

Como estabelecido pela literatura, o relato de experiência (RE) tem usualmente a finalidade de narrar uma experiência vivida tanto por grupos quanto por indivíduos, entendendo que ela pode e deve contribuir com a construção de conhecimento desenvolvido em uma determinada área de ação ou atuação. Partindo da perspectiva científica, conforme Antunes et al. (2024, p. 3): “[...] pesquisas do tipo relato de experiência tem a capacidade de aproximar a academia e a sociedade”. Em alguma medida, o relato quebra a imagem sisuda e asséptica do cientista, pois, de fato, criou-se uma ilusão de que homens e mulheres da ciência não são seres humanos comuns, como se fossem de outro planeta. Nele, a prática científica, ao se aproximar da realidade humana, descreve cenários vivenciados com elementos comuns do cotidiano, com acertos e desacertos, fazendo com que a ciência chegue perto das pessoas com mais vivacidade, com menos ilusão de neutralidade e com mais engajamento.

Embora ele não seja uma vivência neutra, sua captura em um artigo científico deve ser precedida por fundamentação e sucedida por reflexão embasada em seu campo teórico específico. De acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 70): “Cabe destacar que no RE ocorrerá o enfrentamento crítico reflexivo da experiência, especialmente centrada nas principais experiências geradoras de aprendizagem”. Nele, a ciência e o compromisso profissional com a vida se encontram e dialogam.

O relato de experiência a seguir descreve, no curto espaço deste artigo, um apanhado de 13 anos de atuação de uma psicóloga, em um serviço público para a população transexual e travesti, em João Pessoa - PB, no Nordeste do Brasil, chamado Ambulatório de Saúde Integral

para Transexuais e Travestis Fernanda Benvenutty. À profissional foi feito o convite para relatar sua experiência, tendo-lhe sido concedido o tempo necessário à escrita. Em paralelo, foram levantados argumentos da literatura especializada neste campo. Quando a profissional devolveu seu texto, foi produzida uma reflexão sobre aquilo que ela estava vivendo enquanto cientista de um campo específico, ao longo do tempo junto à população trans, destacando pontos relevantes de sua narrativa. É importante salientar que a profissional teve de condensar sua reflexão por conta do espaço que lhe fora conferido para caber na estrutura usual de um artigo dessa natureza. Informa-se ainda que a referida profissional também assina este artigo.

Para melhor compreensão, dividiu-se o material em quatro partes. Além da introdução e da configuração metodológica escolhida, seguirão abaixo o relato da experiência profissional, uma discussão sobre a experiência profissional relatada e a conclusão.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Como psicóloga com 13 anos de atuação no atendimento a pessoas transexuais e travestis no Ambulatório de Saúde Integral para Transexuais e Travestis Fernanda Benvenutty, reconheço que esta experiência tem sido profundamente enriquecedora e desafiadora, como deixarei evidente ao longo deste relato.

É importante lembrar que iniciei minha atuação na Psicologia na década de 90 quando esse conteúdo não era ofertado na formação universitária. Contudo, mesmo que a formação acadêmica não tenha me preparado para atender a essa demanda, reconheço que a minha entrada, a partir de 2010, no Complexo de Doenças Infectocontagiosas Dr. Clementino Fraga, em João Pessoa - PB, onde o referido Ambulatório se encontra instalado, me fez aprofundar essa questão, me tornando mais atenta e mais sensível sobre a importância de acolher, compreender e não julgar as necessidades específicas dessa população, reconhecendo que a mesma sofre forte preconceito social e inúmeras dificuldades nos acessos aos serviços de saúde. Por isso, ao ser convidada para compor a equipe multiprofissional do referido serviço, não recuei e me coloquei genuinamente interessada em escutar aquelas pessoas, na tentativa de ajudá-las a enfrentar o preconceito que vivenciam, sem abrir mão de suas conquistas e de seus desejos.

Sendo rica e desafiadora, a aproximação à essa população, enquanto profissional de saúde mental, foi também para mim um processo de desconstrução dos estereótipos e dos preconceitos que, de forma inconsciente, acabamos carregando ao longo da vida. É evidente que todo preconceito consolida estereótipo, de modo que eles são tanto o resultado do pensar à distância quanto das barreiras que esse distanciamento vai consolidando em nossas mentes. Por isso, esta

experiência tem representado muito, tanto para mim quanto para o exercício de minha profissão, tendo sido uma oportunidade para a afirmação do compromisso da Psicologia para com a ruptura da patologização das expressões de gênero e das manifestações da sexualidade. Entendo hoje que as pessoas são o que são e merecem ser respeitadas e acolhidas como são e como vivem as suas vidas.

Além dos preconceitos, dos estereótipos e da patologização de suas identidades de gênero e de sua sexualidade, é necessário lembrar que a população trans, em sua grande maioria, sofre marginalização social, abandono econômico, dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, evasão escolar e carências de múltiplas naturezas em diferentes espaços. Percebo que, por não se sentir aceita, a população trans acaba desenvolvendo desconfiança em relação aos profissionais e, conseqüentemente, distanciamento das ofertas dos serviços que estariam à sua disposição, inclusive na saúde.

Tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, considerando minha atuação no Ambulatório, um importante desafio que observo na prática é a conquista da confiança dessa população. Para muitas pessoas, a presença de um profissional acaba gerando, no mínimo, uma interrogação. Por isso, logo no primeiro atendimento procuro estabelecer uma relação de confiança, através de um acolhimento livre de preconceitos e de discriminação, colocando-me à disposição para escutar sem o viés da avaliação ou do diagnóstico, apresentando o serviço como referência de cuidado para com a saúde física e mental, reforçando a importância do acompanhamento durante o processo. Entendo que, para qualquer ser humano, em um serviço de saúde, é indispensável sentir-se acolhido, compreendido e aceito, sobretudo para permitir ser cuidado.

Compreendo que, durante o acompanhamento, faz-se necessário um atendimento livre de julgamentos, pois as questões de identidade de gênero, as questões que envolvem o exercício da sexualidade e as questões da transição se deslindam em processos profundamente pessoais e únicos. Não existe padrão a ser seguido. É preciso reconhecer que as expectativas sociais em torno do corpo, da sexualidade e da identidade podem criar um enorme sofrimento emocional, e é comum que pessoas trans desenvolvam dúvidas e medos de não serem aceitas pela sociedade e por suas famílias.

No processo de atendimento à pessoa trans, compreendo que a escuta empática e o estabelecimento de vínculo são essenciais para que se possa expressar dores e alegrias sem medo de estigmatização. Em minha prática, tenho observado que o vínculo terapêutico com a grande maioria se estabelece de forma satisfatória, garantindo que se retorne aos atendimentos, respeitando-se suas necessidades. Nesse sentido, minha experiência vem sendo positiva.

Vale salientar que a pessoa procura o serviço porque apresenta divergência de gênero. Nesse processo, a afirmação da identidade de gênero ocorre quando a pessoa busca se afirmar perante a si própria e diante da sociedade em que está inserida, fazendo isso a partir do gênero com o qual ela identifica, e não seguindo a imposição do sexo que lhe foi atribuído biologicamente ao nascimento.

O apoio psicológico e a psicoterapia, durante o processo de afirmação de gênero no serviço do Ambulatório estão para quem necessita. No atendimento inicial, busco identificar se a pessoa apresenta ou não demanda para psicoterapia ou se requer apenas um apoio psicológico mais pontual. Essa diferenciação é primordial. Quando as questões trazidas pelas pessoas trans estão por elas bem elaboradas, observo que elas precisarão apenas de apoio psicológico, de informações e de atendimentos mais pontuais. Quando as necessidades não estão trabalhadas o suficiente, quando existem dúvidas e angústias não superadas, fica evidente que aquela pessoa vai precisar de acompanhamento psicoterápico, tanto para se compreender quanto para se afirmar com clareza. Por isso, busco ofertar no próprio Ambulatório, dentro dos moldes da psicoterapia, um atendimento semanal ou quinzenal, conforme as possibilidades reais de cada pessoa. Para aquelas que não apresentam demanda de psicoterapia, o acompanhamento se dá em torno dos procedimentos inerentes ao processo transexualizador, os quais envolvem tanto a hormonização quanto os procedimentos cirúrgicos. Esse processo também é acompanhado pelo Ambulatório, considerando as especificidades da equipe multiprofissional.

O suporte emocional durante o processo de afirmação de gênero se configura como um espaço para que a pessoa se explore sem pressões externas, ajudando-a a tomar decisões com autonomia, segurança e respeito.

Tenho observado que um grande desafio, fora do Ambulatório, é encontrar na rede de saúde pública serviço de psicologia para atender pessoas trans que necessitam de psicoterapia. E mais desafiador ainda é encontrar suporte eficiente para os indivíduos trans que apresentam, insistentemente, ideação de morte. Sei que a população de travestis e transexuais encontra-se em maior risco de morte por suicídio do que a população geral, devido a sua exposição a eventos estressores associados ao preconceito, à discriminação, ao estigma, com acréscimo, muitas vezes, do abandono familiar. Embora faça seu papel, o Ambulatório, enquanto serviço de saúde, ainda não é suficiente para prevenir o suicídio. Reconheço que para tanto, faz-se necessária uma rede de saúde mental mais equipada, que sirva de retaguarda para pessoas trans com ideação iminente de morte, ajudando tanto no cuidado quanto na prevenção.

No ambiente do Ambulatório e nas relações de trabalho, reconheço o meu papel ativo, em nome da Psicologia, no combate à patologização das identidades trans. Além disso, atuo também como mediadora na equipe multiprofissional, sensibilizando-a sobre as necessidades

específicas de cada caso, de forma que se possa atender com equidade e integralidade, contribuindo na qualidade de vida desta população.

Por fim, a experiência de trabalhar com essa população tem reforçado em mim a necessidade de estar em constante aprendizado sobre questões de gênero, identidade e diversidade. Ao mesmo tempo, tem sido uma oportunidade para contribuir com a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas possam ser respeitadas, valorizadas e apoiadas.

DEBATENDO PONTOS DA EXPERIÊNCIA

A experiência ensina, educa, corrige, reafirma e consolida. A experiência feita em um campo profissional específico, é ciência na prática. É preciso destacar que a característica central do RE é sua imersão no empírico e no vivencial, sem o descarte científico. Assim sendo, “[...] para o relato de experiência, se torna essencial a observação, descrição, compreensão e explicação para construir uma possível análise” (Antunes et al., 2024, p. 3). No universo profissional relatado acima, por exemplo, uma cientista formada encontra-se há mais de uma década atuando, pensando e praticando Psicologia no universo da transsexualidade e em todos os processos lá desenvolvidos. Da experiência relatada três pontos serão trazidos ao debate.

A importância do acolhimento e da humanização no atendimento à pessoa trans

Em seu percurso profissional, depois de mais de uma década dedicada à pessoa trans, a autora do relato destaca a importância de um atendimento acolhedor, estabelecido em uma relação de confiança, livre de preconceitos e discriminação. Em suas palavras: “Entendo que, para qualquer ser humano, em um serviço de saúde, é indispensável sentir-se acolhido, compreendido e aceito, sobretudo para se permitir ser cuidado”. A acolhida se dá no encontro com a humanidade do outro em suas situações de vulnerabilidade. Acolher o humano, embora não tenha nada ver com colocar no colo, no sentido paternalista da expressão, tem sido reconhecido como uma necessidade dos serviços de saúde, a ponto de, nas últimas décadas, o Sistema Único de Saúde (SUS) ter desencadeado a Política Nacional de Humanização. Para Moreira et al. (2015, p. 3232): “A humanização pode ser compreendida como um vínculo entre profissionais e usuários, alicerçado em ações guiadas pela compreensão e pela valorização dos sujeitos, reflexo de uma atitude ética e humana”.

Para a autora do relato, embora a rede de serviços para essa população ainda seja escassa, o Ambulatório Fernanda Benvenutty tem se esforçado para ser um lugar livre de pré-julgamentos. Entende-se que o acolhimento e a humanização em saúde são ferramentas importantes no cuidado prestado no processo transexualizador. Em sintonia com esse pensamento, para Rocon et al.

(2020, p. 15): “[...] a humanização também é apontada como diretriz ética e política que pode direcionar uma mudança importante na realidade dos serviços de saúde para a população trans”.

Por sua convivência com a pessoa no processo de transição de gênero, a autora do relato compreende que o estigma que pesa sobre essa população não tem sido historicamente fácil. E, segundo Cabral e Munõz (2021, p. 262): “A possibilidade de haver um lugar de acolhimento em saúde mental para pessoas em transição de gênero pode ser fundamental para enfrentar os desafios advindos dessa experiência”.

O desafio da reconstrução da confiança no atendimento de saúde à população trans

Quando a pessoa trans vem ao serviço de saúde, vem também com suas histórias, com suas dores, com suas alegrias e com toda a sua vida numa bagagem que somente a ela pertence. Quem a atende, de que modo e quão preparado está? Deve-se admitir que muitas limitações reais podem estar diante desta pessoa quando ultrapassa as soleiras dos serviços de saúde a ela destinados. De acordo com Cabral e Munõz (2021 p. 262): “Para a população trans, o preconceito e a violação de direitos constituem uma barreira de acesso frequente na maioria dos serviços de saúde”. Por isso, para além da discussão sobre a garantia dos direitos fundamentais das pessoas trans, precisa-se de políticas públicas de saúde verdadeiramente acessíveis para essa população.

É evidente que existem limitações tanto intrínsecas quanto extrínsecas quando se pensa os serviços de saúde que atendem às pessoas trans. Há muitas pequenas e grandes barreiras, de modo que nem sempre é possível mensurar quão bem-vinda e quão acolhida tem sido essa população nos serviços públicos. É importante não desconsiderar os ambientes nem sempre humanizados e acolhedores, os espaços de atendimentos nem sempre livres dos estigmas do entorno, as vagas insuficientes para as demandas, o treinamento insuficiente das pessoas que atendem a essa população, os preconceitos internalizados que aparecem nos deslizos, como chamar a pessoa trans pelo nome morto etc. Vale lembrar que, segundo Rocon et al. (2019), ainda que os avanços estejam pautados nas necessidades de saúde trans, e aqui não se nega o esforço da política pública, o acesso aos serviços transexualizadores no Brasil têm sido condicionados ao diagnóstico de transexualismo, o que tem se revelado problemático para essa população, por conta de sua real estigmatização.

Para a população trans, quem estigmatiza não compreende, não estando à altura de sua necessidade. Assim, a autora do relato acabou constatando que um de seus grandes desafios foi colocado na direção da conquista da confiança do público destinatário do seu serviço. Em suas palavras: “Percebo que, por não se sentir aceita, a população trans acaba desenvolvendo desconfiança em relação aos profissionais e, conseqüentemente, distanciamento das ofertas dos serviços que estariam à sua disposição, inclusive na saúde”. Assim como observado pela autora

do relato, na mesma direção vai o entendimento de Melo et al. (2020, p. 67): “Sem atendimentos adequados, lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgêneras resistem, cada vez mais, a buscar suporte qualificado em saúde”. O que se deve fazer? Como se fazer ouvido em um serviço que ainda precisa avançar, amadurecer para respeitar incondicionalmente essa população? A problemática está posta e deve ser enfrentada com ciência, com humildade e com compromisso político-profissional.

A Psicologia, por seu tardio engajamento, também não pode se eximir da carga marginalizadora que foi colocada sobre os ombros da população LGBTQIAPN+ em geral e da pessoa trans de modo particular. Compreendendo isso, o primeiro esforço da autora do relato tem sido também na direção da desconstrução de uma descrença e de uma desconfiança que podem ser mais ou menos generalizadas.

A necessidade da educação permanente para o processo de atendimento à pessoa trans

É evidente a necessidade de preparação para os novos desafios das profissões. A autora do relato destaca não haver sido preparada por sua formação inicial, ainda assim assumiu o posto com disponibilidade e abertura. Sem dúvida, os profissionais de nível superior não estão preparados para os diferentes encargos profissionais, sem os ajustes necessários da caminhada, apenas por terem feito graduação e pós-graduação. Nesse sentido, sua observação é valiosa por muitas razões, sobretudo por apontar para a necessidade de educação permanente.

Como apontado por Melo et al. (2020, p. 67): “As necessidades de saúde da população LGBT ainda são desconhecidas de grande parte dos profissionais de saúde”. Isso significa que pode sim haver necessidade profissional de uma alfabetização, de um letramento nesse campo. Ao menos nesse aspecto, a educação permanente e continuada representa um programa de desenvolvimento dos recursos humanos, podendo manter a equipe em um constante processo educativo.

Os profissionais de saúde têm importante papel no encaminhamento, no diálogo e na obtenção de informações nos processos da transição e da hormonização. Entretanto, há grandes desafios para a reestruturação humanizada dos serviços, das rotinas e dos procedimentos na rede do SUS, sobretudo quando há necessidade de se escutar todos os lados envolvidos na questão trans. Conforme Rocon, Barros e Rodrigues (2022, p. 22): “Avançar com um processo transexualizador humanizado supõe criar cotidianos de saúde que afirmem o protagonismo dos(as) usuários e usuárias, transversalizando a relação de atores e atrizes que o produzem”.

É indispensável que pessoas dispostas a trabalhar com a população trans permaneçam buscando, estudando e produzindo conhecimentos sobre o tema. Embora pensando para o campo da educação, para o campo da saúde vale o mesmo pensamento: “Os programas de formação

devem promover o diálogo, a reflexão crítica e a prática transformada, incentivando os profissionais a questionarem suas próprias crenças e preconceitos e se engajarem em ações que promovam a justiça social e a equidade” (Farina; Benvenuti, 2024, p. 113). Essa pode ser uma boa orientação ao trabalho com populações LGBTQIAPN +, e sobretudo com pessoas trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como grupo vítima de toda sorte de preconceções, discriminações, estigmas e violências em diferentes esferas da sociedade, a população LGBTQIAPN+ em geral e as pessoas trans em particular sofrem reflexos de marginalização na família, na escola, no trabalho e também na saúde, tanto na incompreensão profissional quanto na reduzida assistência especializada. Por baixa incompreensão, desconfiança e medo do não acolhimento, as pessoas trans e travestis têm custado a procurar serviço de suporte nas redes de saúde, muitas inclusive fazendo sozinhas seu processo de transição.

Como população vulnerável, para alguns não tem sido fácil lidar com esse processo de exclusão. A investigação acadêmica e a notificação oficial têm observado que, além de altas taxas de homicídio mais que a média da população geral, as travestis e transexuais encontram-se em muito mais elevado risco de morte tanto por homicídio quanto por suicídio.

Embora muitos temas pudessem ser retirados do relato de experiência acima, foram destacadas a importância da acolhida à população trans por aqueles que a atendem, a reconstrução da confiança desta população nos trabalhadores de saúde e a necessidade de formação permanente e continuada para eles.

Além disso, mostrou-se através do relato que a Psicologia não tem ficado alheia a essa problemática; aliás, encontra-se definido por posição oficial como seu corpo profissional pode contribuir com a população trans em território nacional. Nesse aspecto, o relato de experiência testemunha essa posição de engajamento político e profissional na prática.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J.; TORRES, C. M. G.; ALVES, F. C.; QUEIROZ, Z. F. Como escrever um relato de experiência de forma sistematizada? Contribuições metodológicas. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e12517, 2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CALDAS, A. B. A naturalização dos crimes contra mulheres trans e travestir nos portais de notícias da paraíba. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 01/1999**, Brasília, 1999.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 01/2018**, Brasília, 2018.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA**. Brasília, 2023.

CABRAL, C. C.; MUNOZ, N, M. Uma transição compartilhada: sobre o acolhimento em saúde mental em um ambulatório do processo transexualizador do SUS. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, 24(2), 259-280, jun. 2021.

COSTA, V. C.; TRAVAGLINI, L. C. V.; VALCARI, L. F.; COSTA, J. A. A.; COSTA, D. R. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas observadas no ensino superior. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 3, p.9549-9560, may./jun., 2023.

COSTA, J. B.; KRELING, G. A. D. A comunicação como estratégia de cuidado com pacientes hospitalizados. **Pubsaúde**, 6, a211, 2021.

DAMACENO NETTO, J. V.; RASERA, E. F. O Cuidado Psicológico à População LGBTI+ em Normativas Profissionais. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 24, e69698, Dec. 2024.

FARINA, I. BENVENUTTI, D. B. **Formação continuada de professores: perspectiva humana e emancipatória**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2024.

GGB - Grupo Gay da Bahia. **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Salvador, 2023.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing stigma. **Annu Rev Sociol**, vol. 27, p. 363-385, 2001.

LISBOA, V. **Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego**. Agência Brasil EBC. 2022.

MAGNO, L.; SILVA, L. A. V.; VERAS, M. A.; SANTOS, M. P.; DOURADO, I. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. **Cad. Saúde Pública**, vol. 35 nº 4, e00112718, 2019.

MELO, I. R.; AMORIM, T. H.; GARCIA, R. B.; POLEJACK, SEIDL, E. M. F. O direito à saúde da população LGBT: desafios contemporâneos no contexto do sistema único de saúde. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 12, n. 3, p. 63-78, set. 2020.

MELO, R. A., SILVA, A. L. G., COSTA, D. R. R. S., GUIMARÃES, M. C., COQUEIRO, L. S. R., FERNANDES, F. E. C. V. Situações de vulnerabilidade

vivenciadas por pessoas transexuais. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 12, e5109, 2023.

MOREIRA, M. A. D. M.; LUSTOSA, A. M.; DUTRA, F.; BARROS, E. O.; BATISTA, J. B. V.; DUARTE, M. C. S. Políticas públicas de humanização: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20 (10), 3231-3242, 2015.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021.

PARKER, R. Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. In: MONTEIRO, S., VILLELA, W. **Estigma e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 25-46.

ROCON, P.; C.; SODRÉ, F.; RODRIGUES, A.; BARROS, M. E. B.; WANDEKOKEN. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface** (Botucatu), 23: e180633, 2019.

ROCON, P. C.; WANDEKOKEN, K. D.; BARROS, M. E. B.; DUARTE, M. J. O.; SODRÉ, F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: Nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trab. educ. saúde**, 18 (1), 2020.

ROCON, P. C.; BARROS, M. E. B.; RODRIGUES, A. A formação dos(as) trabalhadores(as) da saúde na construção de um acesso à saúde integral, equânime e universal à população trans. **Pro-Posições**, Campinas, SP, V. 33, e20190083, 2022.

SANTOS, L. H.; RODRIGUES, O. Y. B. Direito da personalidade dos transgêneros nas relações de trabalho. **Anais Eletrônico XII EPCC UNICESUMAR** - Universidade Cesumar, 2021.

SANTOS, J. R.; VENCATO, A. P. Políticas Públicas e ações coletivas na trajetória de escolarização de pessoas trans. **Revista Teias**, v. 25, n. 78, jul./set., 2024.

SAMPAIO, A. F., CAVALCANTI, C. S., BARRETO, M. C. R. Transmasculinidades em foco: análises pós-pornográficas sobre o trabalho com pornografia digital. **Periódicus**, Salvador, n. 20, v. 2, abr.-jun. 2024.

SILVA, G. W. S.; MEIRA, K. C.; DANTAS, E. S. O.; GOMES, S. M.; PEDROSA, I. M. B.; MIRANDA, F. A. N. Sintomas depressivos e fatores associados entre travestis e transexuais: estudo transversal. **Rev Bras Enferm.** vol. 77, Supl. 3, e20230071, 2024.

SILVA, I. C.B.; ARAÚJO, E. C.; SANTANA, A. D. S.; MOURA, J. W. S.; RAMALHO, M. N. A.; ABREU, P. D. A violência de gênero perpetrada contra mulheres trans. **Rev. Bras. Enferm.**, 75 (Supl. 2), e20210173, 2022.

VERONEZE, R. T. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 316-325, maio-ago. 2022.

UNAIDS/BRASIL. **Mais de 90% da população trans já sofreu discriminação na vida**. Janeiro, 2020.